



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 202.856-4  
Comarca: Recife  
Vara: 1ª Vara de Execuções Penais  
Impetrante: Emerson Davis Leônidas Gomes e outro  
Paciente: Haroldo José Machado Brandão  
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

091

**EMENTA:** HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. PENA CUMULADA. CONCURSO DE CRIMES. RECLUSÃO. 09 E 03 ANOS. PRAZOS PRESCRICIONAIS DE 16 E 08 ANOS. NÃO TRANSCORRIDO QUANTO AO DELITO DE HOMICÍDIO CONSUMADO (ART. 109, II, CP). INÍCIO DA EXECUÇÃO. CAUSA INTERRUPTIVA (ART. 117, V, CP). OCORRIDO QUANTO AO DELITO DE HOMICÍDIO TENTADO. CONCESSÃO PARCIAL. UNÂNIME.

A prescrição das penas, no concurso de crimes, verifica-se a cada um dos delitos isoladamente.

Nos termos do art. 109, II e IV do Código Penal, a prescrição das penas de 09 e 03 anos de reclusão, verifica-se em dezesseis e oito anos, respectivamente.

Passados entre o trânsito em julgado para a acusação e a data da prisão aproximadamente 15 anos, resta ocorrida a extinção da pretensão executiva somente quanto ao delito de homicídio tentado, imposto a pena de 03 anos de reclusão.

O início da execução da pena imposta interrompe o curso do prazo prescricional, à inteligência do art. 117, V, do CP.

Ordem parcialmente concedida. Unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, em conceder parcialmente a ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 19 de Janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos - Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 202.856-4  
Comarca: Recife  
Vara: 1ª Vara de Execuções Penais  
Impetrante: Emerson Davis Leônidas Gomes e outro  
Paciente: Haroldo José Machado Brandão  
Procuradora de Justiça: Janeide Oliveira de Lima  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

092

**RELATÓRIO**

Cuida-se de Habeas Corpus impetrado em favor de **Haroldo José Machado Brandão**, condenado pela prática de homicídio tentado à pena de doze anos de reclusão, por ter o Juízo da 1ª Vara de Execuções Penais, ora indigitado coator, indeferido pleito de extinção da punibilidade pelo advento da prescrição da pretensão executória estatal, formulado nos autos do processo de execução nº 2002.0184.001205.

Inicial instruída com os documentos de fls. 09/31.

O feito foi inicialmente distribuído à relatoria do Des. Roberto Ferreira Lins, que mediante despacho de fl. 39, declarou-se impedido de funcionar nos autos, por haver atuado no processo de conhecimento como juiz de 1º grau, inclusive, proferindo a sentença condenatória.

Vindo-me em redistribuição e inexistindo pretensão liminar, requisitei informações ao Juízo impetrado (fl. 44).

Por ofício de fl. 49, o Juiz *a quo* encaminhou à Corte cópia integral do processo de execução relativo ao Paciente (fls. 50/167).

A Procuradora de Justiça, Drª. Janeide Oliveira de Lima, emitiu parecer de fls. 172/174, opinando pela denegação da ordem impetrada.

Eis o importante a relatar.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



VOTO:

093

O Paciente foi condenado em 24.09.1992 como infrator do art. 21, *caput* e art. 121, *caput*, c/c o art. 14, II, todos do Código Penal, sendo-lhe imposta pena definitiva de nove e três anos de reclusão, respectivamente, a serem aplicadas cumulativamente.

Nos termos do art. 110, do Código Penal, passada em julgado a sentença condenatória, a prescrição será regulada pela penas impostas, observados os lapsos temporais estatuídos no art. 109, do mesmo diploma.

À inteligência do art. 112, inc. I, do Código Penal, a prescrição, quando transitada em julgado a decisão condenatória, tem como marco inicial a data do trânsito em julgado da sentença para a acusação.

*In casu*, da condenação somente a defesa apelou, não constando, porém, a data do trânsito em julgado para a acusação.

Contudo, sendo de cinco dias o prazo para interposição do apelo e, considerando que nos processos afetos ao tribunal do júri as partes são intimadas em plenário, iniciou-se o curso do prazo prescricional no dia seguinte, 25.09.1992 (sexta-feira) e se encerrou no dia 30.09.1992, data em que a sentença precluiu para o Ministério Público.

Na hipótese *sub judice* é desinfluyente a data da publicação do acórdão exarado na Apelação Criminal nº 20554-9, porquanto apenas confirmou a condenação, sem interromper o fluxo do prazo prescricional, não se cuidando do acórdão condenatório previsto no art. 117, IV, do CPB.

Tal marco interruptivo só se verifica quando o tribunal *ad quem* reforma, em sede de apelação, a decisão absolutória proferida pelo juiz de 1º grau para condenar o acusado.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



094

Nos termos do art. 119, do CP, no caso de concurso de crimes, há de se verificar a extinção da punibilidade da prescrição a cada um dos delitos isoladamente, razão porque, sendo as penas impostas ao Paciente de 09 anos quanto ao delito de homicídio consumado e de 03 anos quanto ao delito de homicídio tentado, a prescrição ocorrerá em dezesseis anos e em oito anos, respectivamente, nos moldes do art. 109, II e IV, do CP.

Cumpre-nos, pois, verificar se entre os marcos interruptivos que dos autos constam, transcorreram os referidos lapsos temporais.

Quanto ao delito de homicídio consumado, transitando a sentença para a acusação em 30.09.1992, teve início o compute do lapso temporal, cujo termo final se verificaria em 29.09.2008 e não em 25.02.2008, como aduzido na inicial, pois naquela data transcorreria exatamente 15 anos, 05 meses e 02 dias.

O Paciente foi capturado em 09.11.2007, em cumprimento ao mandado prisional expedido por esta Corte ao negar provimento ao apelo, iniciando, então, o cumprimento da reprimenda que lhe foi imposta.

Quando da prisão do Paciente ainda não havia transcorrido o prazo prescricional exigido na Norma Material, cujo art. 117, V, dispõe que o início ou continuação da execução da pena, interrompe a prescrição.

Portanto, não se verifica, quanto ao mencionado delito, o transcurso do lapso prescricional exigível, não havendo como se declarar extinta a pretensão executória estatal.

Não é o que se observa, contudo, quanto ao delito de homicídio tentado. Iniciado, da mesma forma, o lapso temporal de 08 anos em 30.09.1992, verificou-se o termo final em 29.09.2000, data anterior à captura do Paciente e, portanto, ao cumprimento da reprimenda, como



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



695

acima descrito, de forma que ocorrida, quanto a este crime, a incidência da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do § 1º do art. 110 do Diploma Repressivo.

Ante o exposto, voto pela concessão parcial da ordem para declarar a extinção da punibilidade somente quanto ao delito previsto no art. 121, caput, c/c art. 14, II, do CP.

É como voto.

Recife, 19 de Janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos  
Relator